

**DA TRAJETÓRIA À POLÍTICA: DISCUSSÕES TEÓRICO-
METODOLÓGICAS ENTRE OS ESTUDOS URBANOS E OS
MUNDOS POPULARES**

*DE LA TRAYECTORIAS A LA POLÍTICA: DISCUSIONES TEÓRICAS Y
METODOLÓGICAS ENTRE LOS ESTUDIOS URBANOS Y EL MUNDOS
POPULARES*

E2_05 - Trayectorias populares en América Latina hoy

Juliana de Faria Linhares

Universidade Federal da Bahia, Brasil
juflinhares@gmail.com

Aleida Fontoura Batistoti

Universidade Federal da Bahia, Brasil
aleidabatistoti@gmail.com

Thaís Troncon Rosa

Universidade Federal da Bahia, Brasil
thais.troncon@ufba.br

Resumo:

O artigo parte dos debates associados à noção de “mundos populares” nos estudos urbanos no Brasil, refletindo, sobretudo diante da diversidade das realidades brasileiras, sobre como nos inserimos nos processos de elaboração de teorias e práticas urbanas. Essa reflexão se orienta especialmente a partir de experiências construídas desde e com Salvador (BA), no âmbito de práticas colaborativas de pesquisa, extensão universitária e desdobramentos realizados com o grupo Margear, e que têm nos ajudado a compreender processos históricos que conformam territórios e realidades brasileiras. Nos interessa pensar os mundos populares em diálogo, sobretudo, com as trajetórias urbanas, os processos de produção de moradias, territórios e cidades e, com isso, pensar nas possibilidades de formulação de políticas públicas urbanas e garantia de direitos. Nesse sentido, o artigo destaca as práticas desenvolvidas no projeto de extensão *Habitar Margens* e junto à elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, em Salvador e sua região metropolitana, os quais temos construído nos últimos anos. O texto se orienta, assim, por

algumas inquietações centrais: como alargar os campos teóricos e metodológicos diante das realidades conhecidas? De que maneira essas reflexões podem incidir na perspectiva dos direitos urbanos? E como elaborar aproximações metodológicas capazes de estender tais contribuições teóricas aos debates públicos sobre a agenda urbana no país?

Palavras-chave: popular; racialidade; trajetórias; precariedades; Salvador.

Resumen:

El artículo parte de los debates asociados a la noción de “mundos populares” en los estudios urbanos en Brasil, reflexionando — sobre todo frente a la diversidad de las realidades brasileñas — acerca de cómo nos insertamos en los procesos de elaboración de teorías y prácticas urbanas. Esta reflexión se orienta especialmente a partir de experiencias construidas desde y con Salvador (BA), en el marco de prácticas colaborativas de investigación, extensión universitaria y de los desarrollos realizados junto al grupo Margear, las cuales nos han ayudado a comprender procesos históricos que configuran territorios y realidades brasileñas. Nos interesa pensar los mundos populares en diálogo, sobre todo, con las trayectorias urbanas y los procesos de producción de viviendas, territorios y ciudades y, a partir de ello, reflexionar sobre las posibilidades de formulación de políticas públicas urbanas y de garantía de derechos. En este sentido, el artículo destaca las prácticas desarrolladas en el proyecto de extensión Habitar Margens y en la elaboración del Plan de Acción Periferia Viva, en Salvador y su región metropolitana, los cuales venimos construyendo en los últimos años. El texto se orienta, así, por algunas inquietudes centrales: ¿cómo ampliar los campos teóricos y metodológicos frente a las realidades conocidas? ¿De qué manera estas reflexiones pueden incidir en la perspectiva de los derechos urbanos? ¿Y cómo elaborar aproximaciones metodológicas capaces de extender tales contribuciones teóricas a los debates públicos sobre la agenda urbana en el país?

Palabras-clave: popular; identidad racial; trayectorias; precariedad; Salvador.

Introdução

Este texto¹ se insere no debate sobre as perspectivas associadas aos “mundos populares” nos estudos urbanos do Brasil (Machado da Silva, 2018), refletindo, sobretudo diante da diversidade de realidades socioespaciais brasileiras, sobre como nos inserimos nos processos de elaboração de teorias e práticas com as coletividades urbanas. Pensando desde e com Salvador, BA, em nossas experiências colaborativas de pesquisa e extensão universitária, temos sido provocadas a congregar dimensões de raça e de gênero a noção de popular, aportando a complexidade das tramas envolvidas nesses processos de produção de mundos. Essa composição extrapola o campo analítico, desdobrando-se - e sendo desdobrada - em modos situados de produção de conhecimento e de ação política.

Temos tomado os encontros de pesquisa como ferramenta metodológica para o registro e elaboração coletiva desses conhecimentos, de modo que nossas investigações se construam a partir das relações, da proximidade e dos afetos com as pessoas com as quais dialogamos durante a realização das pesquisas e ações. Junto ao grupo de pesquisa que compomos, o Margear², temos carregado, simbolicamente, uma bolsa³ de histórias vitais, que emergem e se entrelaçam às nossas práticas de pesquisa, extensão e ação urbana. Destacamos, no âmbito deste artigo, as práticas realizadas no projeto Habitar Margens e junto à elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, em Salvador e sua região metropolitana, os quais temos construído nos últimos 5 anos.

Essas ações têm nos ajudado a compreender processos históricos que conformam territórios e realidades brasileiras. Desde as condições de precariedade, vulnerabilidade e racismo - que são politicamente impostos às realidades urbanas com as quais nossas práticas se encontram -, desvelam-se também ações estratégicas e sensíveis que edificam territórios, elucidando como a produção cotidiana de moradias e territórios populares faz sentido para suas moradoras (Machado da Silva, 2018). Classe, raça e gênero se desvelam, desde as narrativas, histórias, trajetórias, relações de trabalho, memórias, redes de cuidado e políticas de vida das mulheres com as quais nos encontramos, como atributos amalgamados. Assim, a interseccionalidade (Akotirene, 2019) se compõe não apenas como um pressuposto teórico com o qual nos alinhamos, bem como um partido metodológico de pesquisa sobre os processos de produção de moradias, territórios e cidades, especialmente no que diz respeito aos mundos populares.

Porém, nos deparamos também com importantes desafios de aplicabilidade dos conhecimentos elaborados nesses processos, sobretudo no que tange às transformações que esse conhecimento pode provocar nos mundos populares. Deste modo, ainda nos inquieta pensar: como alargar os campos teóricos e metodológicos diante das realidades conhecidas? Como nossas reflexões podem incidir na perspectiva dos direitos urbanos? Como elaborar aproximações metodológicas que permitam estender tais contribuições teóricas aos debates públicos sobre a agenda urbana? É no encontro, enquanto aposta teórica e metodológica (Cordeiro et al, 2021), que seguimos

¹ O artigo foi elaborado a partir da comunicação oral apresentada no 4º CIHU por Juliana de Faria Linhares e Aleida Batistoti.

² Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA) e coordenado pela Professora Thaís Troncon Rosa. O grupo, anteriormente denominado Urbanidades Liminares, é atualmente composto majoritariamente por mulheres negras e brancas, estudantes e/ou egressas da FAUFBA ou PPGAU.

³ Utilizamos a imagem mental da “bolsa”, em referência ao argumento de Ursula Le Guin (2021), como um recipiente simbólico que carrega vozes e vidas diversas, complexidades e contradições.

buscando o cruzamento entre produção do espaço, de conhecimento, de vidas e de direitos urbanos, apontando para aproximações com esses mundos.

Os mundos populares - e negros

Os modos de pensar e atuar na cidade que têm estruturado o campo dos estudos urbanos, especialmente desde o início do século passado, têm sido majoritariamente orientados por uma perspectiva de classe. Assim, os “mundos populares” são compreendidos como o conjunto de formas de produção cotidiana do espaço relacionadas às práticas, estratégias, vínculos e condições de vida das camadas populares urbanas (Machado da Silva, 2018).

Nessa categoria incluem-se tanto as materialidades autoconstruídas por essas populações quanto os produtos das políticas habitacionais do Estado e das iniciativas privadas classificadas como de “interesse social” - ou seja, um atributo de classe. Diante de pluralidades e regionalidades contidas neste enquadramento, nos importa aqui destacar que a segregação socioeconômica tem se conformado como matriz de análise para a conformação de práticas de urbanismo, teórica e metodologicamente, orientando um plano de solução urbana para as produções materiais das camadas populares. Mas não se trata de, com isso, aferir que as interpretações, categorizações e metodologias de atuação sejam predecessoras de ações na cidade. As próprias experiências de intervenção urbana, inclusive movimentadas por projetos políticos democráticos, influenciaram uma percepção dos territórios populares como problemas urbanos, vinculando pobre, popular e precário. Trata-se de enfatizar que essas práticas de interpretações e de intervenção têm sido informadas por tratativas e posturas epistêmicas anteriores, e que vinculam-se a contextos políticos ampliados.

A combinação entre o proletariado e as camadas populares foi gestada nas sociedades pré-industriais europeias do século XVI, no pressuposto do antagonismo de classe - entre proletariado e burguesia -, materializando, no espaço urbano, hierarquias e distinções de corpos e práticas (Ginzburg, 1976). A conexão entre pobre-popular-precário remonta, então, a associação entre urbanização e industrialização, orientando princípios de análise à produção habitacional, especialmente das camadas populares urbanas. Mas a industrialização foi, antes de tudo, fruto da acumulação de capital possibilitada pela escravização do povo africano nas plantações e extrações de matéria prima nas Américas, como discorreu Denise Ferreira da Silva (2022). Alinham-se, portanto, expansão do colonialismo europeu, industrialização e crescimento demográfico nos centros urbanos. Processos esses estruturados, sobretudo, por um conceito de raça que foi forjado e construído por uma suposta divisão entre o Eu e o Outro - racializado. Nas Américas, com especial atenção à América Latina, o regime de desigualdades é pautado, portanto, não apenas em classes sociais, mas em processos de racialização. Grada Kilomba (2020) reforça que a criação da diferença, operada a partir do dualismo racializado, é uma das principais manobras epistêmicas da branquitude para que o poder colonial prospere. Nos termos de Ferreira da Silva (2022), a transparência da branquitude produz uma leitura da população branca como incolor, transparente ou desprovida de raça, reconhecendo a racialidade apenas naquele que não é branco - e em seus mundos produzidos.

Especialmente desde Salvador, onde situa-se nosso campo privilegiado de investigações e ações⁴, popular e negro são dimensões amalgamadas. Essa amálgama se evidencia, dentre outras fontes, na cartografia elaborada por Galindo e Pereira Júnior (2021), entrecruzando Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e raça/cor em Salvador. Os autores demonstram como a intersecção entre segregação espacial e racialidade se manifesta no território soteropolitano, de modo que a população racializada como preta e parda é predominante em espacialidades caracterizados como ZEIS, inferindo em carências de infraestrutura básica e serviços públicos adequados, como saúde, saneamento básico e transporte (Ibidem). Destacamos o que se chama de “precariedade urbana” justapõe os bairros populares aos territórios habitados pela população negra. E o que vêm sendo tratado majoritariamente como espoliação urbana (Kowarick, 1979) não opera, portanto, apenas a partir da despossessão, remoção e expulsão das camadas populares urbanas, mas também da necropolítica - o que Mbembe (2018) intitula como a capacidade do Estado de escolher quem deve viver ou morrer, mobilizando o perigo de modo seletivo, racializado e espacializado como forma de controle social.

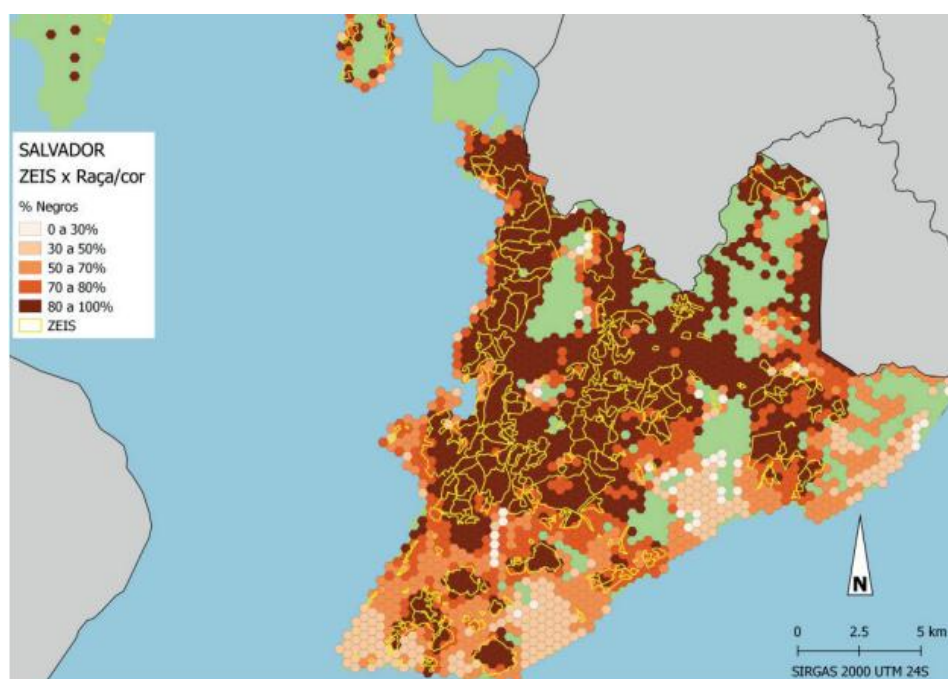


Figura 01: Zeis e raça/cor em Salvador. Fonte: Galindo e Pereira Júnior (2021).

Os marcadores históricos da colonização, operam - muito além da discriminação - na construção das camadas econômicas da sociedade, das relações sociais, de trabalho e de condição de direito à cidade, fundando uma estrutura urbana com base no racismo, e interseccionando moradia, gênero, classe e raça (Akotirene, 2019; Ferreira da Silva, 2022). Desde a negação de direitos à terra urbana, e que retoma a Lei de Terras de 1850, consolidando a propriedade privada vinculada à uma política de raça, os marcadores da colonização também operam sob a forma de racismo fundiário, como formulou Tatiana Dias Gomes (2019), e de banimento racial, conforme sugeriu

⁴ Embora nós, autoras deste artigo, não sejamos soteropolitanas, temos nos implicado de forma ética e situada nos territórios com os quais dialogamos, reconhecendo nossas posições e responsabilidades e tecendo, a partir dos encontros, redes de afeto, compromisso político, militância e colaboração.

Ananya Roy (2019), efetivando políticas urbanas antinegitude (Figueiredo, Estévez, Rosa, 2020).

O termo racismo fundiário, mobilizado por Tatiana Dias Gomes (2019) descreve a complexa rede de articulações violentas, sobretudo agrárias e socioambientais, direcionadas contra os corpos, as culturas, os territórios e os bens ambientais de populações negras e indígenas. Essa engrenagem opera por meio de dispositivos jurídicos, estrangulamentos orçamentários e políticas estatais históricas e cotidianas que sustentam a concentração fundiária brasileira nas mãos da branquitude. Articulado a esses processos, incidem também operações de banimento racial que, como aponta Roy (2019), se relacionam à criminalização das camadas populares pelo Estado para legitimar práticas de remoção, somadas às violências simbólicas e materiais inscritas nas ameaças de despejo. A perspectiva colonizadora que opera nos espaços urbanos, a partir de uma dimensão modernizadora, situa, historicamente, os povos negros e suas geografias como fora da modernidade e mesmo da humanidade, operando como sistema de conhecimento antinegitude (Figueiredo, Estévez, Rosa, 2020).

Em Salvador, acompanhadas de processos de urbanização em territórios determinados como precários - ou de interesse social -, as operações de intervenção urbana vêm sendo utilizadas historicamente pelas representações oficiais como ameaça tanto às materialidades quanto às práticas e modos de vida da população negra e pobre, seja pelas políticas urbanas de “modernização” que marcaram o século XX e seguem se efetivando no XXI, ou por políticas cotidianas racistas (Figueiredo; Estévez; Rosa, 2020). Mas os estudos urbanos, ações e políticas públicas demonstram se ancorar na matriz de pensamento classista, incidindo majoritariamente desde a chave da segregação socioeconômica e expulsão das camadas populares, igualmente dando pouca ênfase à colonização e quase nenhuma à racialidade. Na cola com o enquadramento dos mundos populares, a transparência defendida por Ferreira da Silva (2022) opera como um dispositivo moderno-colonial que apaga a racialidade constitutiva desta categoria, ao passo em que é essa diferença historicamente construída que estrutura os territórios populares - e negros - urbanos. Lélia Gonzalez (1988) denuncia a subsunção da dimensão racializada contida na composição histórica das cidades das Américas, minimizando a importância da contribuição e da história negra e indígena nessa construção.

Diante da breve revisão que aqui trouxemos - e apontando para como a história urbana de Salvador se reconstrói a partir da ampliação conferida pela racialização do debate em torno dos mundos populares -, viemos tensionando algumas perspectivas teóricas que reduzem e/ou homogenizam as leituras dos territórios populares e negros. Também, temos nos implicado na elaboração de teorias e práticas que se constroem desde alianças e experiências metodológicas racializadas que se propõem à formulação de conhecimentos com, especialmente, mulheres negras que edificam historicamente essa cidade.

Práticas teórico-metodológicas com as margens: as experiências dos projetos Habitar Margens e Plano de Ação Periferia Viva



Temos nos alinhado a diversas militantes, autoras, pesquisadoras e anfitriãs⁵ para pensar a pluralidade de realidades que envolvem os mundos populares - não como estrato social, reafirmamos, mas como composição e colagem de histórias da diáspora e das políticas urbanas de urbanização. Nesse sentido, sobretudo no que tange à revisão do que se entende como popular, a noção de margens orientada por bell hooks (1990) têm sido importante para nossas elaborações teóricas e metodológicas, tensionando nossos modos de pensar e de agir. As margens, não compreendidas como o "outro" da cidade, são então reconhecidas como espaços em que coexistem precarizações institucionais e cotidianas bem como resistências e possibilidades. Com essa noção, evoca-se as práticas de sobrevivências cotidianas que criam esses espaços, transformando subjetividades e sustentando sentidos de mundo, transpondo, assim, a conceituação de marginalidade estruturada apenas a partir das opressões e separações - sem deixar de denunciá-las (Ibidem). Veena Das e Deborah Poole (2008) também argumentam sobre as margens como essas espacialidades que perpassam e atravessam tanto o Estado quanto a sociedade, a cidade, o urbanismo e a urbanização, num permanente jogo dentro/fora, em constante inter-relação.

As margens nos orientam, portanto, como epistemologia para ler, pensar e atuar com a cidade, especialmente no que se refere aos mundos populares — sem, contudo, propor a substituição desta noção. Em diálogo com Donna Haraway, optamos por ficar com esse problema e insistir na categoria “popular”, disputando os sentidos que se constroem em torno dessas realidades e das classificações que as acompanham, sem apagá-las nem substituí-las por novas ou outras categorizações. O conceito, assim, carrega tanto precarizações quanto transbordamentos. Assumimos, com isso, que essa categoria carrega tensões históricas, políticas e contextuais que não devem ser evitadas, mas trabalhadas como parte do próprio processo de produção de conhecimentos.

Pensar com as margens não propõe inverter a valoração sobre os processos e dinâmicas socioespaciais que configuram as vidas e territórios de vida das camadas populares e negras – da negatividade para a positividade –, mas ampliar a perspectiva de apreensão sobre as realidades urbanas populares (Rosa, 2018). O que, além de nos implicar política e eticamente na construção de leituras, investigações e ações, implica olhar para os paradoxos, tensões, movimentos, disputas, deslocamentos, conflitos e processos que envolvem a produção da cidade, indo além das dicotomias associadas à construção classista majoritariamente associada aos mundos populares, centrada na chave da ausência, da exclusão e da precariedade.

A aposta coletiva do Margear tem sido, portanto, promover encontros com as margens (Feltran, 2011; Rosa, 2014; hooks, 1990; Cordeiro et al, 2021), de forma a construir, em conjunto, teorias e metodologias, elaborando tanto conhecimentos quanto modos de produzi-los com as margens: de forma imbricada às lutas e articulações existentes, a partir da criação de vínculos e de afetos, da relação de troca e interesse mútuo nessa articulação. Investigamos, assim, com as trajetórias urbanas (Telles, Cabanes, 2006; Rosa, 2014), conectando metodologicamente sujeitos e espaços,

⁵ Antonádia Borges (2013) cunhou o termo “anfitriãs” ao se referir às mulheres que constroem pesquisa junto com ela. Essa escolha se dá pelo distanciamento, intencional, de termos que são – na perspectiva da autora – derogatórios, tais como: nativo, objeto, interlocutor e sujeito. O termo então proposto sugere o modo pelo qual as pesquisas são recebidas nas casas e vidas das anfitriãs, e almeja uma simetria entre as pessoas envolvidas, sejam elas acadêmicas ou não.

revelando modos de vida que são, ao mesmo tempo, práticas de produção da cidade⁶. Perscrutamos, também, arquivos - oficiais ou não -, confrontando as imagens e os textos neles presentes, em suas contradições, fazendo um esforço sensível para perceber como a colonialidade tem negado o direito à memória aos territórios negros (Nascimento, 2016) - ao passo em que eles seguem existindo e contando suas histórias (Azoulay, 2019; Hartman, 2022; Mortimer, 2025). Ainda, temos articulado práticas extensionistas - como a do Projeto Habitar Margens, retomada adiante - como forma de reimaginar métodos, linguagens, implicações, referências e outras dimensões da produção de conhecimento científico, especialmente elaborado desde uma universidade pública federal. Por fim, diante da possibilidade de articulação entre universidade e cidade, temos atuado na formulação de projetos e políticas públicas urbanas, criando conexões com ações como as que se realizam através do Programa Federal Periferia Viva - o qual também será abordado a seguir.

Nos três âmbitos citados - pesquisa, extensão e incidência política - destacamos, desde já, não apenas a ampliação de escala alcançada, mas também o trânsito contínuo entre essas frentes de atuação. Agregamos, ainda, as práticas de ensino como base integrante e fundamental desta tríade, de modo que a atividade docente também se imbrica a esses projetos e incidências políticas junto aos territórios populares e negros. Estudantes de graduação passam a também atuar nessas construções, tanto ampliando seus processos formativos quanto trazendo contribuições para/com as realidades urbanas em diálogo, por vezes desconhecidas e/ou ausentes das matrizes curriculares. Nesse âmbito, temos potencializado a promoção de trocas de saberes e ampliação de repertório frente às questões urbanas que emergem dos territórios e pessoas com os quais temos criado alianças e relações.

Trata-se, assim, de um movimento não linear, mas dialógico, tecido por continuidades e desdobramentos que se retroalimentam, que se movimentam entre micro e macro escala, entre teoria e prática, de modo que cada âmbito tensione e informe os demais. Dadas as distintas naturezas das referidas práticas, ressaltamos a continuidade e enlace entre elas. Com especial atenção, salientamos que a ancoragem nas ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador - onde se realizou parte do Projeto Habitar Margens, onde se desenvolve o Plano de Ação Periferia Viva e que também se constitui como território onde se desdobram pesquisas acadêmicas⁷ - se deu a partir da tessitura de práticas de diferentes naturezas, dando seguimento a processos anteriores já em curso no território⁸. Sem a pretensão de subsumir a diferença das relações construídas em cada âmbito, ensejamos, porém, afirmar o valor dos afetos e vínculos construídos ao longo do tempo, permitindo a continuidade da confiança diante dos projetos.

⁶ Aleida Fontoura Batistoti, uma das autoras deste artigo, desdobrou pesquisa com trajetórias urbanas em sua dissertação de mestrado, intitulada . **A "guia" como modo de vida: trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador.** (Batistoti, 2022).

⁷ Incluindo a pesquisa de doutorado de Juliana de Faria Linhares, autora deste artigo, nomeada “Casasmundos: atravessar precariedades, deslocar campos e existir na cidade negra”, orientada por Thaís Troncon Rosa, e defendida no PPGAU/UFBA em 2025.

⁸ Destacamos a relação previamente construída pela professora coordenadora do Margear, Thaís Troncon Rosa, com Juliana Santos Silva, educadora popular, pedagoga e militante do Movimento Sem Teto da Bahia. Desde essa aliança, foram desdobradas ações em meio à pandemia da COVID-19 pelo coletivo "Mobiliza RAU+E", no âmbito da 4ª edição da RAU+E/UFBA.

Mais ainda do que a possibilidade de atuação proporcionada por cada uma das diferentes naturezas das práticas realizadas, destacamos a oportunidade de elaborar metodologias e conhecimentos coletivamente sobre - e com - mundos populares.

- **Habitar Margens**

O projeto “Habitar margens: entrelaçando memórias, lutas e políticas do cuidado em territórios populares e negros de Salvador” foi realizado entre 2022 e 2023, sendo financiados pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), através dos editais PAEXDoc (PROEX/UFBA - 2022) e PAEx (PROEX/UFBA - 2023). A ação extensionista se efetivou a partir de atuações cruzadas nos territórios de Águas Claras, Valéria e Subúrbio Ferroviário, em Salvador, e nas Ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador. Em todos esses territórios, a prática de extensão se efetivou a partir de relações de pesquisa já configuradas por pesquisadoras do grupo Margear, seguindo como continuidade, desdobramento e aprofundamento das ações.

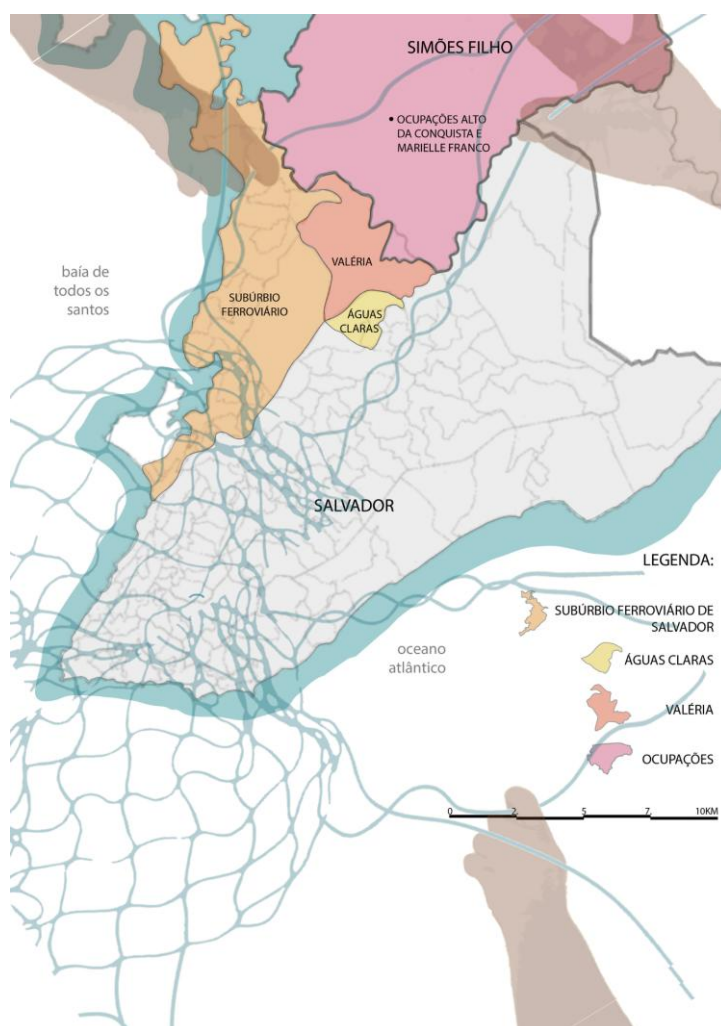


Figura 02: Localização dos territórios. Fonte: Acervo do grupo, 2024.

As práticas nos territórios se realizaram de modos específicos⁹, mas situaram-se desde a combinação entre as provocações teóricas e metodológicas sobre as quais nos debruçamos analiticamente, as pesquisas e relações afetivas previamente desenvolvidas e as demandas e interesses das pessoas e coletividades com as quais dialogamos. Assim, nos atentamos tanto à dimensão processual contida na prática extensionista quanto à elaboração de contribuições para os territórios com os quais dialogamos - o que, por vezes, não conseguimos alcançar apenas desde a pesquisa acadêmica. A extensão se apresentou, com isso, como um arranjo possível de reformulação contínua entre teoria e prática, trazendo grandes contribuições para as elaborações acadêmicas e para as ações que temos implementado. Destacamos, porém, desafios no que tange, especialmente, à universidade pública federal, que opera sob condições instáveis, cortes orçamentários, oscilações de investimentos e desafios metodológicos.

Ressaltamos também que nos distintos territórios em que atuamos nos deparamos com uma diversidade de realidades, lutas e demandas, bem como com diferenças entre as pessoas que participaram das atividades extensionistas, demandando a elaboração de distintos modos de fazer extensão, de ferramentas específicas - partindo de métodos em comum -, de produtos diferentes e de uma posicionalidade política e ética situada, frente às lutas de cada território. O Habitar Margens precisou, então, dilatar tempos, relações e conhecimentos e enfrentar assimetrias, criando processos coletivos e dinâmicos de articulação entre atores, territórios e universidade. Assim, as práticas foram realizadas, embora em meio a ínfimas precarizações - sobretudo aquelas impostas às realidades dos territórios -, como caminhos para a reimaginação de métodos, linguagens e implicações, derivadas de teorias com as quais temos dialogado e, ao mesmo tempo, produtoras de novos desdobramentos teóricos.



Figura 03: Práticas extensionistas. Fonte: Acervo do grupo, 2025.

Além da multiplicidade de materiais que elaboramos¹⁰, dentre eles documentos, colagens, cartilhas e enredamentos, ressaltamos os vínculos, afetos, metodologias e visibilidades como também produtos da prática - nutridos por processos elaborados em parceria, aliança e rigor metodológico e por uma composição complexa de eventos que derivam em uma prática extensionista. Apontamos, dentre outros caminhos tomados pelas experiências tocadas pelo Habitar Margens, para a possibilidade de continuidade que agregou, ainda, a esfera da política pública na realização do Programa Periferia Viva na Região Metropolitana de Salvador, descrita a seguir.

⁹ Para ver mais, sugerimos o texto “Habitar Margens: práticas metodológicas de construção de conhecimentos com territórios populares e negros” (2025) de autoria coletiva do grupo Margear.

¹⁰ As práticas estão descritas no site Habitar Margens, elaborado para o registro das atividades e manutenção das redes e conexões entre as coletividades e territórios que nos encontramos com. Disponível em: <https://www.habitarmargens.com/simoesfilho>. Acesso em Dezembro de 2025.

● Programa Periferia Viva

O Programa Periferia Viva, desenvolvido pelo Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Periferias e integrado ao PAC (programa de aceleração de crescimento), tem como finalidade melhorar as condições de vida nas periferias urbanas brasileiras¹¹. O programa busca promover, neste âmbito, assessoria técnica multidisciplinar a partir de uma metodologia de base colaborativa, participativa e integrada, de modo a propiciar inclusão social, assegurar o direito à cidade e fortalecer a dignidade da vida urbana em territórios populares. Como parte da a implementação do Programa, há a vinculação com as universidades federais, decorrente de uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo monitorar, avaliar e aprimorar metodologias e práticas de implementação de políticas públicas. A experiência que trazemos faz parte desta parceria, e está entre as cinco Residências em Assessorias Técnicas Multidisciplinares de pós-graduação no Brasil que participaram do Programa Periferia Viva em 2024.

Foi firmado, nesse contexto, um convênio com a Residência em Assistência Técnica, Habitação e Direito à cidade¹², da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, em 2024, contando com uma equipe multidisciplinar (Arquitetos, Urbanistas, Engenheiros, Assistentes Sociais) que atua junto às ocupações Alto da Conquista e Mariele Franco, na Região Metropolitana de Salvador. Como já contamos, o vínculo pré-existente deu suporte para o trabalho realizado no âmbito do Programa Periferia Viva, potencializando os vínculos, a construção de dados empíricos e documentais acerca dos territórios, realizando mapeamentos, experimentações metodológicas, configuração de espaços formativos, realização de micro-intervenções e a formulação de planos e projetos ambientais, arquitetônicos e urbanos.

É importante destacar que, embora este artigo não tenha como objetivo um aprofundamento na experiência citada¹³, dimensões importantes têm sido acionadas a partir da relação entre universidade e política pública, entre teoria e prática e entre pesquisa, extensão e ação. Já partindo de algumas das principais questões que atravessavam o território - evocadas desde as pesquisas e práticas anteriores -, foram construídos, de forma coletiva, não apenas planos e projetos, mas também estratégias e ações de mobilização social, formação política, ampliação de repertório e construção de caminhos possíveis para a conquista dos direitos urbanos e humanos. Nossa aposta metodológica, além de viabilizar a formulação de propostas arquitetônicas e urbanísticas, deu ênfase à comunicação e formação política, de modo que os moradores, mas sobretudo as agentes comunitárias¹⁴ que assumiram protagonismo junto à equipe técnica, tivessem compreensão e entendimento dos processos e projetos, tornando-os tangíveis - dentro dos desafios e limites - para que pudessem construir ideias e tomar decisões conosco.

¹¹ Compreendidas como territórios ocupados há pelo menos 5 anos por ao menos 60% de famílias com renda de até 3 salários-mínimos; favelas e similares; loteamentos informais de baixa renda; conjuntos habitacionais degradados, produzidos por estados e municípios; cortiços.

¹² <https://residencia-aue.ufba.br/>

¹³ Para conhecer mais o projeto e as experiências desenvolvidas, ver: <https://www.instagram.com/periferiaviva.rms/>. Acesso em Dezembro de 2025.

¹⁴ As agentes comunitárias são moradoras dos territórios que atuam como mediadoras, produtoras de conhecimento e articuladoras de práticas coletivas, desempenhando papel central na construção, condução e sustentação das ações do projeto.



Figura 03: Práticas formativas e construtivas: processos e projetos no âmbito do Periferia Viva.
Fonte: Acervo do grupo, 2025.

É nesse sentido que enfatizamos, na atuação junto ao Programa Periferia Viva, a elaboração de práticas, metodologias, ações e posturas epistêmicas que confluem em torno da possibilidade de participação e partilha na formulação de políticas públicas urbanas e a incidência dos moradores nos processos decisórios cotidianos dos territórios. Nesse sentido, as agentes comunitárias atuaram em instâncias decisórias do projeto, tendo um papel preponderante, sobretudo porque sua participação não se colocou apenas como uma ferramenta de produção de dados para o Programa, mas constituiu-se como o próprio processo de produção de saberes e decisões compartilhadas, na busca por deslocar o lugar da “comunidade” de objeto a sujeito da conformação de políticas públicas urbanas. Sobretudo pelo nosso posicionamento teórico conceitual sobre as margens e os mundos populares - discutidos no início deste texto -, buscamos construir leituras, ações, projetos e vínculos a partir das perspectivas evocadas pelas próprias moradoras. As pessoas que vivem nos territórios não são sujeitos passivos ou alienados das realidades que as atravessam, mas agentes ativos na produção de suas moradias, cidades e territorialidades.

Ademais, quando uma política pública é desenvolvida em articulação com a universidade, os processos de produção de conhecimento tendem a ser potencializados pelas trocas interdisciplinares que se estabelecem e pela proporção que podem tomar no âmbito da construção de direitos. Na realização do Programa Periferia Viva na Região Metropolitana de Salvador, estudantes de graduação e pós-graduação, técnicos consultores e docentes construíram - junto às moradoras das ocupações e às agentes comunitárias - leituras, processos, intervenções táticas, arranjos institucionais, mecanismos de gestão e participação social que orientaram a formulação de planos e projetos de intervenções integradas voltadas à redução das desigualdades socioespaciais e à promoção da melhoria das condições de vida nas ocupações.

Apontamos, assim, que a possibilidade de aproximação entre a produção da vida e a elaboração de conhecimentos de forma situada e implicada - já exercida nos âmbitos de pesquisa e extensão - se potencializa quando aproximada à possibilidade de garantia de direitos urbanos, ampliando o aporte técnico, a infraestrutura e os recursos disponíveis. Os vínculos e projetos que já estavam em andamento, com a chegada do Programa Periferia Viva, tiveram sua atuação expandida, passando a envolver assessores técnicos, consultores, disciplinas de graduação e pesquisadores. Contudo, esse arranjo também se apresenta de forma ambígua, sendo numerosos os desafios. A execução de um programa dessa magnitude esbarra em limitações técnicas e temporais da universidade, dadas as múltiplas atribuições institucionais que recaem sobre docentes e estudantes. Soma-se a isso os atravessamentos, a imprevisibilidade, os conflitos e as dinâmicas próprias dos territórios, que frequentemente escapam ao controle ou à mediação da universidade e das pessoas que estão diretamente envolvidas com os territórios e as ações.

Modos de aproximação entre construção de conhecimento e direitos urbanos: Provocações, diálogos e reflexões

Temos, então, nos situado entre produção do espaço, de conhecimento, vidas e direitos urbanos e entre universidade, coletividades urbanas e gestão pública, pensando nesses cruzamentos enquanto práticas de formulação teórico-metodológica e de ação política que se pretendem à construção de contribuições mútuas, em atividades acadêmicas ou não. Nesses percursos, pretendemos a elaboração de conhecimentos situados, éticos e coletivos a partir de experimentações metodológicas elaboradas com os territórios e as pessoas, sobretudo mulheres negras, com as quais dialogamos. Com isso, temos nos debruçado nos debates sobre os modos de pensar e produzir a cidade, buscando ampliar teorias em torno dos mundos populares - como as que se fazem através da amálgama entre classe, gênero e raça -, e refletir sobre como essa combinação incide em nossas práticas metodológicas e elaborar formulações e ações com os territórios com quais temos nos vinculados e trabalhado.

Porém, não deixamos de destacar as distâncias - tanto físicas, entre os territórios-margens que situam-se geograficamente distantes da universidade-centro, quanto temporais, distinguindo o tempo de construção de relações e o da entrega de “produtos” ou concretizações mais palpáveis. Assim como destacamos os diferentes atravessamentos de vida em nossas práticas e ações: demandas laborais, cuidados com os filhos, com as casas e com os territórios, entre outras necessidades ativadas no cotidiano. Reconhecemos, também, os desafios, limites e dificuldades de decantação dessas experiências em escritas, categorias e teorias, sobretudo porque a prática se alarga no tempo. A produção de conhecimento, nesse sentido, se faz em diálogo com esses atravessamentos, distâncias e situações. Diante das fragilidades estruturais, temos buscado criar condições para que diferentes tempos e atores possam se articular de forma dinâmica, sustentando processos coletivos de longo prazo que apontam, não para um fim, mas para possibilidades de continuidade das ações.

Constatamos, com isso, que as precarizações existentes atingem os territórios populares e negos e a universidade - em intensidade e modo desiguais, não apenas diferentes. Os territórios lidam com as emergências da vida, com a falta de infraestrutura urbana, com os impactos da chuva, ventos, cortes de benefícios sociais, dentre várias outras situações que dificultam a manutenção da vida. No âmbito da universidade, a sobrecarga de trabalho tem produzido uma exaustão coletiva, intensificada pelos processos de precarização institucional - sobretudo no campo da

extensão universitária, mas que se desdobram também em parcerias como as que se realizam através do Programa Periferia Viva.

Por meio das práticas teóricas e metodológicas que temos construído, buscamos tensionar o modo de operar colonial que, por vezes, se reproduz através da universidade, elaborando nossos modos de pensar, querer e praticar a universidade. Pensando, assim, junto com aqueles e aquelas que constroem pesquisa, extensão e ação conosco, inserimos nossas práticas como caminhos para a tessitura de laços, formulando pontes, vínculos, afetos e redes que perduram às precarizações institucionais e cotidianas e às pressões produtivistas. Os trabalhos com os territórios são vistos, assim, como espaços de formação mútua, em que as trocas entre diferentes pessoas, que trazem consigo múltiplos modos de ser-estar-pensar a vida e a sociedade, confluem na produção de conhecimento - que nos é cara -, constituindo-se como o próprio diálogo entre teoria e empiria, como destacamos através dos projetos aqui apresentados.



Figura 04: Encontros, conhecimentos e vínculos: outras práticas teóricas e metodológicas.
Fonte: Acervo do grupo, 2026.

E, por fim, retomamos que não partimos da perspectiva de que os mundos populares - repletos de precariedades e precarizações - se constituem como um problema a ser solucionado a partir de parâmetros, normativas ou réguas pré-fixadas. Compreendemos que os processos de produção da cidade, quando analisados a partir de seus próprios modos de existência e de suas agências, revelam-se também atravessados por abundâncias, requerendo formulações de políticas urbanas, projetos e infraestruturas integradas às realidades sociais com as quais se deseja construir direitos. Existem métodos, materiais, alianças epistemológicas e metodológicas que podem ser acionadas sem que seja necessário aniquilar práticas e modos de vida, integrando ações técnicas a elaborações construídas em diálogo com os territórios. O Programa Periferia Viva, que aqui citamos, é uma importante experiência que tem buscado contribuir com a construção de diferentes modos de operar em territórios populares através de políticas públicas urbanas em cidades brasileiras. Juntamente às práticas realizadas no âmbito do Habitar Margens, entendemos que os modos de construir ações e conhecimentos com os territórios populares tem tanto contribuído

com as realidades sociais em que se aplicam quanto com os debates e diálogos sobre os mundos populares em escala brasileira e latino-americana.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

AZOULAY, Ariella Aïsha. **Potential history** – Unlearning imperialism. London, New York: Verso, 2019.

BATISTOTI, Aleida Fontoura. **A "guia" como modo de vida: trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador**. 2022.

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu** (40), janeiro-junho de 2013:197-227.

CORDEIRO, Vanessa Alves; BATISTOTI, Aleida Fontoura; SILVA, Zara Pereira Rodrigues; FERREIRA, Marina Silva Muniz; SILVA, Atilon da Silva Matos. Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, online, v. 23, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6728>. Acesso em: 08 dezembro 2025.

DIAS GOMES, Tatiana E. **Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor**”. Comissão Pastoral da Terra, 26 de março de 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor>. Acesso em Abril de 2025.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **Homo modernus: para uma ideia global da raça**. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: n-1 edições, 2022.

FIGUEIREDO, Glória C ; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís Troncon. The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil. **Radical Housing Journal**, v. 2, p. 55–82, dec. 2020.

GALINDO, Ernesto Pereira; PEDREIRA JÚNIOR, Jorge Ubirajara. **A Cor da Moradia: apontamentos sobre raça, habitação e pandemia**. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 26, Mar. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Companhia de Bolso, 1976.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias Íntimas de Meninas Negras Desordeiras, Mulheres Encrenqueiras e Queers Radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022

HOOKS, beel. **Choosing the margin as a space of radical openness**. In: _____. Yearning: race, gender and culture politics. Cambridge: South End Press, 1990, p. 223-225.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racism cotidiano / tradução Jess Oliveira. – 2ed. – Rio de Janeiro : Cobogó, 2020. 248 p.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

LE GUIN, Ursula. A teoria da bolsa da ficção. São Paulo: **N-1**, 2021.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Organização: Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta, Marcella Araujo. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018. 320 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORTIMER, Júnia. Cambraia.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Arquivo Urbano Natureza**. 1. ed. Belo Horizonte: Cosmópolis / Escola de Arquitetura, 2025. v. 1. 122p .

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado** / Abdias Nascimento – 3 Ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

ROY, A. **Racial banishment**. Keywords in radical geography: antipode at 50. Wiley Online Library, Oxford, p. 227-230, 2019.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares**. 2014. 391 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

ROSA, Thaís Troncon. Pensar por margens. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 176-204.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, núm. 27, 2008, pp. 19-52

TELLES, Vera Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**/ organizado por Vera da Silva Telles, Robert Cabanes. – São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.